



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL DE DEMARCAÇÃO
DE TERRAS INDÍGENAS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2015
(Do Sr. Nilson Leitão)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde, sobre contratos de bens e serviços, custos e valores empregados nos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, pelo Ministério da Saúde em especial pela Secretaria Especial de Saúde Indígena, em todo o território brasileiro.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no artigo 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as informações abaixo elencados, ao Senhor Ministro de Estado da Saúde, sobre contratos de bens e serviços, custos e valores empregados nos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, pelo Ministério da Saúde em especial pela Secretaria Especial de Saúde Indígena, em todo o território brasileiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL DE DEMARCAÇÃO
DE TERRAS INDÍGENAS

JUSTIFICAÇÃO

Sabidamente, a Ministério da Saúde esteve envolvido em irregularidades até então divulgadas diretamente em sua Secretaria Especial de Saúde Indígena, área esta que se encontra a cada dia com mais motivos para serem fiscalizadas, tendo em vista os inúmeros recursos que estão sendo aplicados e o segundo quadro que é o total abandono dos povos indígenas em sua mais remotas regiões.

FOLHA DE SÃO PAULO – 13/MARÇO/2014

Saúde afasta oito suspeitos de superfaturar contratos

Entre eles está um dos diretores de secretaria de atendimento a indígenas

Segundo ministério, valor pago por aluguel de veículos chega a variar 100% de uma localidade para outra

DE BRASÍLIA

O Ministério da Saúde anunciou ontem o afastamento de oito servidores suspeitos de envolvimento em contratações superfaturadas de veículos para trabalhos na área de saúde indígena.

Entre os afastados está Fernando Rodrigues Rocha, ex-diretor do departamento de gestão da secretaria responsável pela saúde indígena.

Rocha atuava na área desde 2003, primeiro na Funasa (Fundação Nacional de Saúde) e depois na pasta.

De acordo com o ministério, houve diferenças "marcantes" nos valores dos contratos de locação. Em alguns casos, a variação chegou a até 100% no valor dos veículos alugados.

"Análise realizada pelo controle interno desde o começo do ano identificou diferenças marcantes entre os modelos e os valores dos contratos com finalidades semelhantes. Como cabia ao diretor supervisionar a prestação destes serviços, a decisão foi pela sua substituição", afirmou a pasta, em nota divulgada ontem.

Rocha não foi localizado pela reportagem.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL DE DEMARCAÇÃO
DE TERRAS INDÍGENAS

Como a Folha revelou, o Ministério da Saúde gastou irregularmente R\$ 6,5 milhões destinados a comunidades indígenas entre 2010 e 2012, segundo a CGU (Controladoria-Geral da União).

Remédios comprados para o setor de saúde indígena custaram até 8.691% mais que outras aquisições feitas pela pasta.

AUDITORIA

Em nota divulgada ontem, o Ministério informou que está auditando, junto com a CGU, os contratos de alimentação, locação de veículos e transporte aéreo firmados pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas.

Afirmou também que o trabalho, iniciado no mês passado, ainda não foi concluído.

A auditoria começou a ser feita depois que a pasta detectou uma "oscilação expressiva" entre os valores pagos no aluguel de veículos nesses distritos.

No caso do aluguel de caminhonetes, enquanto o distrito de Rondônia desembolsava R\$ 10.558,33 para usar cada veículo, Cuiabá pagava R\$ 20.500,73.

As vans alugadas na Bahia custaram R\$ 20.220,00, enquanto em Mato Grosso o mesmo veículo foi locado por R\$ 25.302,33.

Na Bahia, o ministério identificou uma "falha" no contrato, que deveria ter duração de um ano, mas foi firmado por dois anos.

"O Ministério da Saúde aguarda a conclusão das auditorias para identificar se houve envolvimento ou falhas de servidores públicos. Em casos comprovados de irregularidades, serão abertos processos administrativos para apurar as responsabilidades dos envolvidos", afirmou a pasta na nota.

Ainda segundo o ministério, os contratos serão mantidos durante a auditoria, mas os custos serão renegociados.

(FILIPE COUTINHO, FERNANDA ODILLA, AGUIRRE TALENTO)



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL DE DEMARCAÇÃO
DE TERRAS INDÍGENAS

Ressalta-se que o prejuízo é para todos, tanto para o contribuinte que investiu o dinheiro dele quanto para o indígena que precisa desta estrutura para sua sobrevivência dentro de seus costumes nos tempos atuais.

Assim, as informações que solicitamos são de fundamental importância para o desempenho de nossas atribuições constitucionais, no acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, de de de 2015

Deputado Nilson Leitão
Presidente